

"Negociação deve ser feita diretamente com os bancos"

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

Os países devedores, como o Brasil, devem negociar sua dívida externa diretamente com os bancos credores, deixando de procurar a intermediação do governo dos Estados Unidos ou de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI). A recomendação é de William H. Branson, professor de Economia da Princeton University e diretor de estudos internacionais do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, dos EUA.

Entrevistado pouco antes de participar da última conferência do VII Congresso Brasileiro de Economistas, Branson esclareceu ser da opinião de que o Brasil deveria tentar comprar parte de sua dívida no mercado secundário, sem pensar em emitir novos tipos de papéis para isso.

Sua sugestão, explicou, "é comprar, sem a emissão de 'bonds'", e, com isso, poder liquidar a dívida — ou, pelo menos, parte dela — para com os bancos menores, reservando as negociações mais demoradas apenas para os bancos de maior porte. "É impossível negociar com todos de uma só vez. Pelo menos deve-se procurar liquidar o endividamento com os bancos menores", comentou.

O economista considera que os Estados Unidos não são mais, hoje, o país preponderante no mundo, e que "não dominam mais como dominavam". Tendo isso em vista, ele acredita que, atualmente, deve-se pensar que as instituições internacionais criadas na época do predomínio norte-americano, como o FMI, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), são, hoje, "instituições já de certo modo obsoletas".

"Elas devem passar por um processo de revisão, processo este que incluiria uma revisão de atitudes políticas de quem age com base no pressuposto de que os EUA ainda predominam", afirmou.

A nível de desenvolvimento interno, ele apoiou a tese da implantação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) em países do Terceiro Mundo. "É uma forma importante

de se desenvolver, rapidamente, uma determinada região do país", comentou, quando solicitado a se manifestar a respeito.

Esse tipo de projeto, porém, disse, não é o único que pode ser utilizado para acelerar o crescimento econômico de uma determinada área. "Há o 'draw-back' (importação isenta de impostos, para compor produtos a serem exportados), ou a isenção de taxas para determinados produtos, ou sobre o lucro do exportador", explicou.

"Se você tem um problema de balanço de pagamentos, em princípio você tem de procurar qualquer mecanismo para minimizar esse problema", avaliou Anthony Thirlwall, professor de Economia Aplicada da Universidade de Kent, na Inglaterra, e diretor do departamento de economia da mesma instituição.

Também convidado a participar do painel "Uma nova ordem internacional", assim como Branson, Thirlwall reconheceu, porém, que a implantação de zonas de exportação "não pode ser feita sem se considerar possíveis efeitos nocivos no mercado doméstico".

"Historicamente, têm havido exemplos muito bons de implantação desse tipo de projeto (no sudeste asiático, por exemplo). Não sei se este é o caso do Brasil", comentou. Na sua opinião, o benefício maior (gerado pelas zonas de exportação) é que elas contribuem para o desenvolvimento regional onde são instaladas. Se a finalidade for aumentar as exportações, esta não seria a única alternativa, nem necessariamente a melhor".

O economista inglês sugere que a comunidade internacional procure cooperar na estabilização dos preços dos bens primários, tradicionalmente os mais importantes produtos de exportação dos países em desenvolvimento. "Esse é o grande problema desses países", disse, considerando uma "grande injustiça" o que ocorreu com os bens primários exportados pela África e América Latina, no período 1980/86, quando perderam 40% de seu valor.